



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2008

Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 55 passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 55.

.....

§ 5º Na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, prevista neste artigo, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, mediante aprovação de requerimento fundamentado, pela maioria dos respectivos membros, poderá obter, do órgão ou entidade competente, informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Parlamento precisa de medidas que tragam transparência às suas atividades, que lhe dê seriedade e respeito, que resgatem a sua credibilidade junto à opinião pública. Por isso, imperativo torna-se que seus membros sujeitem-se às normas que possibilitem o acesso aos seus dados bancários, fiscais e telefônicos, em caso de investigação por quebra de decoro parlamentar.

Vivemos num Estado democrático e de direito, logo, nada mais justo do que nos submetemos às próprias leis que criamos, para que o Poder Público esteja circunscrito e subordinado ao direito objetivo.

O Congresso Nacional tem sido palco, com muita frequência, de escândalos envolvendo os seus membros. Fatos que lamentavelmente têm enfraquecido a imagem do Poder, agravada pelas dificuldades de se tomar medidas no âmbito administrativo, para apurar, com rigor e imparcialidade, as devidas responsabilidades. Referimo-nos, pois, à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de seus membros.

Mecanismos temos para solucionar a atual dificuldade de que se quebrar o sigilo de dados, qual seja, garantir no texto constitucional o acesso a tais informações sigilosas, mediante legitimação pela autorização da maioria dos membros das Casas respectivas. Isso daria ao Legislativo autonomia para diligenciar investigações no âmbito do seu próprio poder e tornaria o processo mais célere de investigação mais célere.

Cabe, também, recordar que a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a competência de que é dotado o Poder Legislativo para autorizar, diretamente, a quebra de sigilo dos dados a que nos referimos, desde que fundamentada, no caso das comissões parlamentares de inquérito. Nesse sentido, as decisões da Corte nos casos dos Mandados de Segurança 23964 e 23868, ambos de agosto de 2001.

Em outra decisão valorosa, a Suprema Corte, ao exarar manifestação sobre o Mandado de Segurança 23452, de 1º de junho de 1999, não hesitou em reconhecer que a comissão parlamentar de inquérito é projeção orgânica do Poder Legislativo, sendo, pois, extensão do próprio Congresso Nacional e das Casas que o compõem.

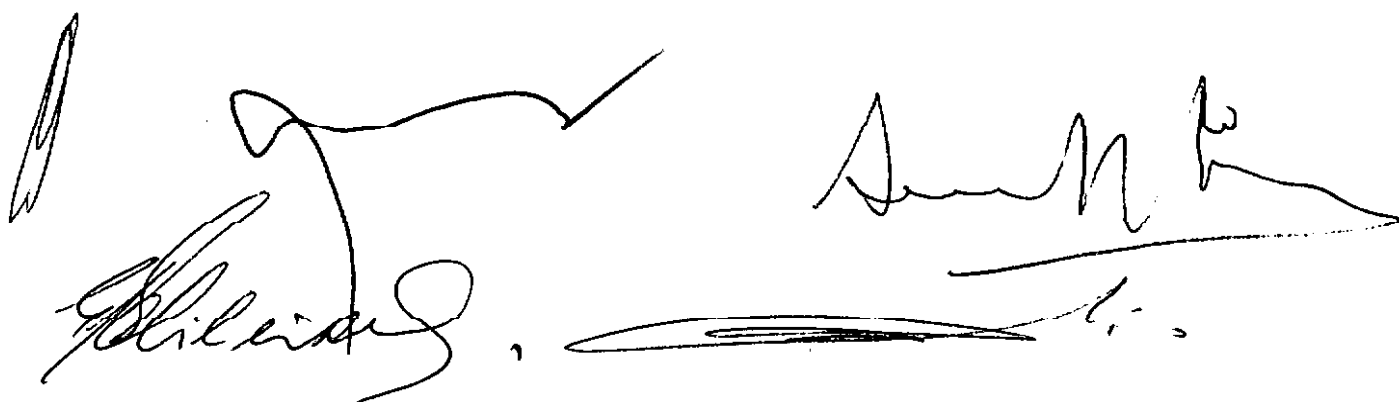
Desse modo, se cabe à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal cassar o mandato de qualquer parlamentar, porque não caber a cada uma das Casas, por decisão da maioria dos seus membros, autorizar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, para apurar responsabilidades?

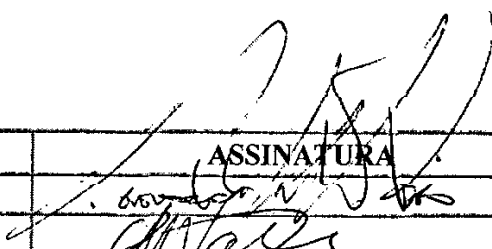
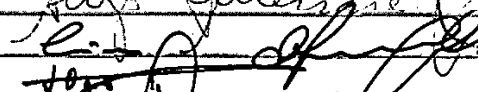
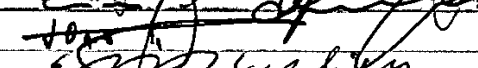
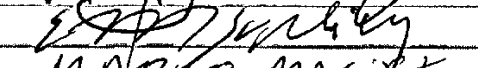
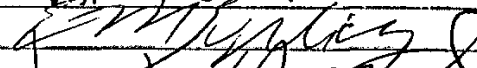
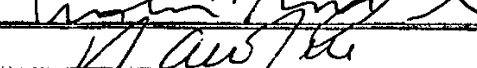
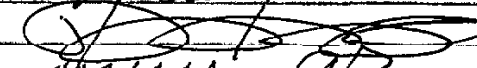
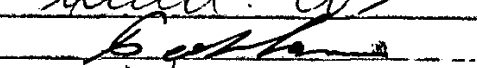
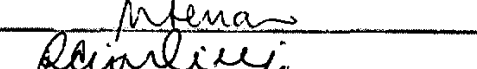
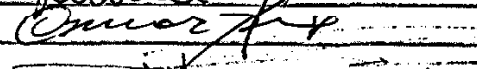
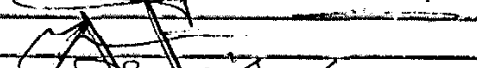
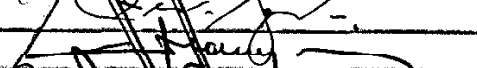

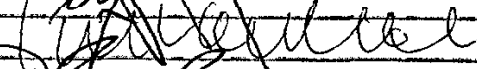
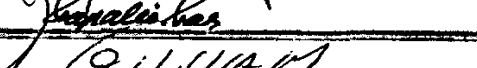
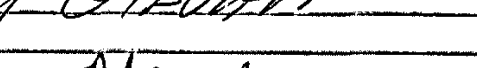





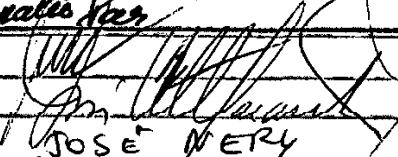
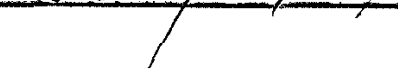

Cabe ressaltar que não há que se questionar sobre a soberania do Plenário das Casas que compõem o Congresso Nacional, instância superior e última para decisões *interna corporis*. A decisão por maioria dos membros das Casas respectivas para autorizar a quebra de sigilo de dados na forma em que pretendemos, além de expressar legitimidade, torna o rito dificultoso, freando a banalização do processo.

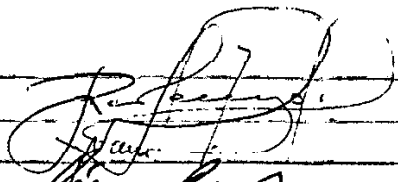
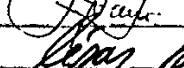
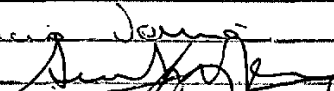

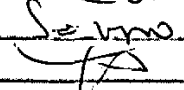


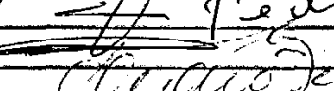
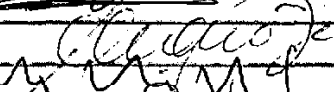
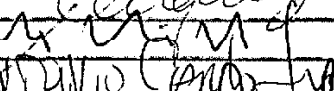
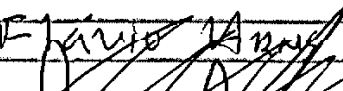
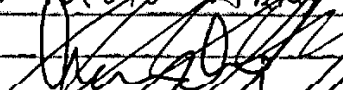
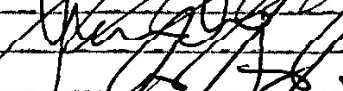
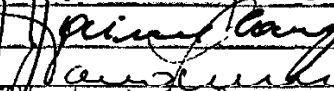

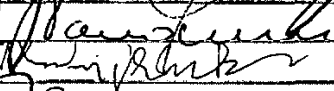
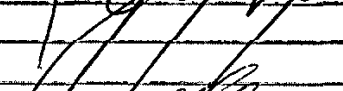
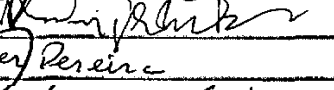

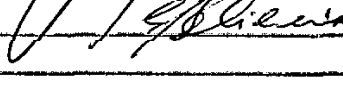
Enfim, por julgarmos imprescindível a adoção de mecanismos que possam garantir maior eficácia à apuração de responsabilidades de membros do Congresso Nacional é que exortamos nossos pares ao acolhimento da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008.

19/11/2008.
Senador MÁRIO COUTO

The bottom of the page features several handwritten signatures and marks. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Biliana'. To its right, there is a long, horizontal, wavy line. Further right, there is another signature that looks like 'Sant' followed by a horizontal line. At the far right, there is a small, dark mark.

	NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1	FELIX RIBEIRO	
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8	Mao Amato	Yalmoree Secoy
9		Sibi Markado
10	WOS Viana (apoiamento)	
11	Surf Jhesse	
12		CICERO RIBEIRO
13		JOAO TGNORIO
14		
15	MARCO MACIEL	
16	PAULO BUOTE	
17	Augusto Botelho	
18	Manie do Carmo Alves	
19	PEDRO SIMON	
20	Manie Senar	
21	Rosaleen Pierling	
22	OSMAN DIAS	
23	JEFFERSON PERES	
24	WOLNIA DO ALMEIDA	
25	EDUARDO AZEREDO	
26	FRANCA HORTIS	
27	Jaime Campos	
28	OLGA DEBILIO	
29	JARBAS VASCONCELOS	
30	Sapalis Kar	
31		GILVANI
32		
33	JOSE NERY	

34	Primundo Cabrito	
35	Paulo de Conti	
36		Lim Borg
37	João João	João João
38		Sérvio Lima
39		
40		DR ACRIPINO
41		JOÃO PEDRO/PT-AM
42		MOZARILDO
43		
44		
45	ANDRÉ CARLOS LOPES	
46	Marcelo Gomes	
47		
48		
49		
50	Vitor Pereira	
51	Letícia Saboga	
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 7/3/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:11005/2008)